



Câmara Municipal de Cordeirópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

= CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS =

=AUTÓGRAFO Nº468=

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDEIRÓPOLIS DECRETA:-

- Artigo 1º - As rendas provenientes dos serviços de natureza industrial, -/ comercial e civil prestados pelo Município em caráter de empre- sa e suscetíveis de serem explorados por empresa privada, são, para os efeitos desta lei, considerados preços.
- Artigo 2º - A fixação dos preços para os serviços que sejam monopólio do / Município terá por base o custo unitário.
- Artigo 3º - Quando não for possível a obtenção do custo unitário, a fixa- / ção far-se-á levando-se em consideração o custo total do ser- / viço verificado no último exercício encerrado, a flutuação nos preços de aquisição dos fatores de produção de serviço e o vo- lume de serviço prestado no exercício encerrado e a prestar no exercício considerado.
- § 1º- O volume de serviço, para efeito do disposto neste arti- go, será medido, conforme o caso, pelo número de utilida- des produzidas ou fornecidas, pelo número de ligações -/ feitas ou pela média de usuários atendidos.
- § 2º- O custo total, para efeito do disposto neste artigo, com- preenderá custos de produção, manutenção e administração do serviço e bem assim as reservas para recuperação do / equipamento e expansão do serviço.
- Artigo 4º - Quando o Município não tiver o monopólio do serviço, a fixação do preço será feita com base nos preços de mercado.
- Artigo 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a fixar os preços dos servi- ços até o limite da recuperação do custo total: a fixação de / preços além desse limite dependerá de lei autorizativa da Câ- / mara Municipal.
- § único - O Executivo publicará anualmente uma relação dos pre- ços fixados para os serviços.
- Artigo 6º - O sistema de preços do Município compreende os seguintes servi- ços, além de outros que vierem a ser prestados.
- I - de água e esgoto;
- II - de matadouro.
- Artigo 7º - O não pagamento dos débitos resultantes do fornecimento de uti- lidades produzidas ou do uso das instalações mantidas pela Pre- feitura, em razão da exploração direta de serviços municipali- zados, acarretará, decorrido os prazos regulamentares, o corte do fornecimento ou a suspensão do uso.
- § único - O corte do fornecimento ou a suspensão do uso de que trata este artigo é aplicável, também, nos casos de / infrações outra, praticadas pelos consumidores ou -/ usuários, previstos em posturas ou regulamentos pró- prios



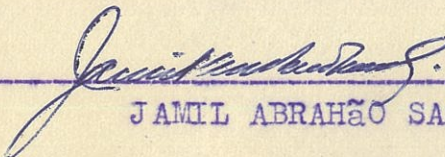
Câmara Municipal de Cordeirópolis

ESTADO DE SÃO PAULO

continuação

- Artigo 8º - O despejo de ocupantes de espaços em mercados, ou de prédios e terrenos municipais, equipara-se as penalidades previstas em posturas e regulamentos próprios.
- Artigo 9º - As penalidades serão aplicadas, conforme o caso apenas quanto aos pagamentos que devem ser feitos "a posteriori" e após apropriados os depósitos, cauções ou fianças feitos como garantia do consumo ou uso. -/
- Artigo 10º - Aplicam-se aos preços, no tocante a lançamento, cobrança, pagamento, restituição, fiscalização, domicílio e obrigações acessórias dos usuários, dívida ativa, penalidades e processo fiscal, as disposições do Código Tributário.
- Artigo 11º - O órgão incumbido da administração do serviço expedirá os regulamentos, portarias, circulares e avisos que se fizerem necessários à execução desta lei. -/
- Artigo 12º - Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cordeirópolis, aos cinco dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e seis. 1966 -.


JAMIL ABRAHÃO SAAD
-Presidente-